



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL**

AMANDA GUSMÃO DIAS

**CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A UTILIZACAO DE TECNOLOGIA EDUCATIVA NA PROTEÇÃO CONTRA
O ABUSO SEXUAL EM ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

RECIFE

2024

AMANDA GUSMÃO DIAS

**CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A UTILIZACAO DE TECNOLOGIA EDUCATIVA NA PROTEÇÃO CONTRA
O ABUSO SEXUAL EM ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo científico, elaborado segundo as normas da Revista Research Society and Development, como exigência final para obtenção do grau de Terapeuta Ocupacional, pelo Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Vera Lúcia Dutra Facundes

RECIFE

2024

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. METODOLOGIA.....	7
3. RESULTADOS.....	9
4. DISCUSSÃO.....	15
5. CONCLUSÃO.....	16
REFERÊNCIAS	17

Capacitação de profissionais para a utilização da tecnologia educativa na proteção contra o abuso sexual em adolescentes com deficiência intelectual

Training professionals for the use of education technology in protecting against sexual abuse in adolescents with intellectual disabilities

Capacitación de profesionales para el uso de tecnología educativa en la protección contra el abuso sexual en adolescentes con discapacidad intelectual

Amanda Gusmão Dias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8005-0021>

Universidade Federal de Pernambuco

amanda.gdias2@ufpe.br

Vera Lúcia Dutra Facundes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4188-7475>

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

vera.facundes@ufpe.br

Resumo

A sexualidade é essencial ao desenvolvimento integral do ser humano e é parte integrante dos direitos sexuais e reprodutivos. A deficiência intelectual afeta o desenvolvimento das pessoas e pode torná-las mais vulneráveis a problemas relacionados à sexualidade, abuso sexual e gravidez indesejada. Este estudo descreve a capacitação de profissionais para a prevenção do abuso sexual em adolescentes com deficiência intelectual por meio das oficinas para utilização tecnologia educacional "Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger". Foi conduzida uma pesquisa-intervenção participativa a partir de oficinas de capacitação de profissionais em sete serviços especializados, que assistem adolescentes vítimas de violência sexual ou com deficiência intelectual, no Recife, Pernambuco. As oficinas foram mediadas pelas pesquisadoras, com carga horária de 4 horas e estruturadas em 5 etapas. Os dados foram coletados por meio de questionário pré e pós oficina, no total tiveram 85 participantes. Os resultados mostraram que a temática foi considerada extremamente relevante (94,1%); abordou completamente as principais questões da prevenção da violência sexual (97,6%); a metodologia foi considerada extremamente efetiva (63,5%), e a oficina contribuiu para o conhecimento sobre o tema (100%). A tecnologia educacional "Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger" se mostrou como um instrumento que favoreceu o aprendizado dos participantes, contribuindo para a prática clínica. Este estudo destaca a importância de capacitar profissionais para lidar com questões de sexualidade em pessoas com deficiência intelectual, visando à prevenção do abuso sexual.

Palavras-chave: Capacitação Profissional; Deficiência Intelectual; Educação Sexual; Tecnologia Educativa; Violência Sexual.

Abstract

Sexuality is essential to the integral development of human beings and is an integral part of sexual and reproductive rights. Intellectual disability affects the development of individuals and can make them more vulnerable to problems related to sexuality, sexual abuse and unwanted pregnancy. This study describes the training of professionals for the prevention of sexual abuse in adolescents with intellectual disabilities through workshops using educational technology "Abuse won't happen:

learning to protect yourself". A participatory intervention research was conducted based on training workshops for professionals in seven specialized services, which assist adolescents who are victims of sexual violence or have intellectual disabilities, in Recife, Pernambuco. The workshops were facilitated by the researchers, lasting 4 hours and structured in 5 stages. Data were collected through pre and post-workshop questionnaires, with a total of 85 participants. The results showed that the topic was considered extremely relevant (94.1%); fully addressed the main issues of preventing sexual violence (97.6%); the methodology was considered extremely effective (63.5%), and the workshop contributed to knowledge on the topic (100%). The educational technology "Abuse will not happen: learning to protect yourself" proved to be effective an instrument that facilitated participants learning, contributing to clinical practice. This study highlights the importance of training professionals to deal with sexuality issues in people with intellectual disabilities, aiming to prevent sexual abuse.

Keywords: Professional Training; Intellectual Disability; Sex Education; Educational Technology; Sexual Violence.

Resumen

La sexualidad es esencial para el desarrollo integral de los seres humanos y es parte integral de los derechos sexuales y reproductivos. La discapacidad intelectual afecta el desarrollo de las personas y puede volverlas más vulnerables a problemas relacionados con la sexualidad, el abuso sexual y los embarazos no deseados. Este estudio describe la capacitación de profesionales en la prevención del abuso sexual en adolescentes con discapacidad intelectual a través de talleres que utilizan la tecnología educativa "El abuso no sucederá: aprende a protegerte". Se realizó una investigación de intervención participativa basada en talleres de capacitación para profesionales de siete servicios especializados, que atienden a adolescentes víctimas de violencia sexual o con discapacidad intelectual, en Recife, Pernambuco. Los talleres fueron mediados por los investigadores, tuvieron una duración de 4 horas y se estructuraron en 5 etapas. Los datos se recopilaron a través de cuestionarios antes y después del taller, con un total de 85 participantes. Los resultados mostraron que el tema fue considerado sumamente relevante (94,1%); abordó plenamente las principales cuestiones de prevención de la violencia sexual (97,6%); la metodología fue considerada sumamente efectiva (63,5%) y el taller contribuyó al conocimiento sobre el tema (100%). La tecnología educativa "El abuso no sucederá: aprende a protegerte" demostró ser un instrumento que facilitó el aprendizaje de los participantes, contribuyendo a la práctica clínica. Este estudio destaca la importancia de capacitar a los profesionales para abordar cuestiones de sexualidad en personas con discapacidad intelectual, con el objetivo de prevenir el abuso sexual.

Palabras clave: Capacitación Profesional; Discapacidad Intelectual; Educación sexual; Tecnología Educacional; Violencia Sexual.

1. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde define sexualidade como o aspecto central da vida dos seres humanos que envolve sexo, identidade e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. É vivida e expressada por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. A sua vivência é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, jurídicos, históricos, religiosos e espirituais. A sexualidade envolve todas essas dimensões, no entanto, nem sempre todas elas são vividas ou expressas por todos os indivíduos (WHO, 2015).

A sexualidade é algo essencial ao desenvolvimento integral do ser humano e ela é vista como parte integrante dos direitos sexuais e reprodutivos que devem ser vivenciados de forma positiva e saudável por todos (BRASIL, 2009). A

educação sexual é uma das formas mais eficazes de promover o conhecimento e empoderamento, sobretudo das adolescentes sobre o seu corpo, além de ser uma importante ferramenta para prevenir e enfrentar o abuso sexual (UNESCO, 2019).

Com base no exposto, a educação sexual torna-se essencial para pessoas com deficiência pelo risco de maior exposição ao abuso. A deficiência é uma perda ou anormalidade, seja de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Nessa classificação, são incluídas anomalias, perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive de funções mentais (WHO, 1993). Além disso, segundo a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), considera-se uma pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, podendo obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade quando comparado com as demais pessoas.

No Brasil, um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), aponta que 8,4% da população brasileira têm algum tipo de deficiência, contabilizando 17,3 milhões de pessoas, sendo 2,5 milhões que possuem deficiência intelectual.

A Deficiência Intelectual, acomete o desenvolvimento da mente, sendo caracterizado pelo comprometimento de habilidades que são manifestadas durante esse período de desenvolvimento, acarretando em consequências futuras no nível global de desenvolvimento do indivíduo, ou seja, em habilidades cognitivas, motoras, de linguagem e sociais (OMS, 1992). A prevalência média de deficiência intelectual em todo o mundo varia de 1% a 3%, sendo maior no sexo masculino, tanto na população adulta quanto na infantojuvenil. Havendo variação quando no sexo feminino de 0,7 e 0,9:1 na população adulta e na população infantojuvenil varia de 0,4:1 e 1:1. (KE X, LIU J; 2015).

As pessoas com deficiência têm os seus direitos sexuais garantidos, conforme aponta a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência e de Direitos Sexuais e Reprodutivos (BRASIL, 2009). O direito à livre expressão de sua sexualidade, ao sexo seguro, para prevenção de gravidez indesejada e de IST, a informações, meios, métodos e técnicas para terem ou não filhos, entre outros, proporcionam às pessoas com deficiência viver com mais qualidade de vida.

Devido a invisibilidade social imposta à pessoa com deficiência, além dos tabus que envolvem a sexualidade, as mesmas passam a receber menos informação sobre o seu próprio desenvolvimento sexual, acarretando um maior número de adolescentes acometidas por IST, gravidez indesejada e por abusos sexuais, sendo esse público, mais suscetíveis a sofrer violência sexual, dentro ou fora de casa (PADILHA, 2002). Dados revelam que meninas e mulheres com deficiência têm cerca de 10 vezes mais chances de serem vítimas de violência e as com deficiência intelectual são particularmente mais vulneráveis a sofrer violência sexual que a população geral (UNFPA, 2018).

Entende-se por violência o ato intencional do uso da força física, em ameaça ou real, contra si próprio ou outra pessoa. Além disso, a violência também é definida como uma ameaça real ou falada não só contra uma pessoa, mas também contra um grupo ou comunidade, resultando em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002). A Assembleia Mundial de Saúde, ocorrida em 1996, determina a violência como sendo um dos principais problemas de saúde pública, solicitando à Organização Mundial de Saúde uma caracterização sobre os diferentes tipos de violência e os vínculos existentes entre eles.

De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (CERQUEIRA, 2021), dados mostram por meio de um indicador construído para projeção populacional, taxas muito elevadas de notificações de casos de violência sexual contra as

peças com deficiência intelectual, estimando 36,2 notificações para cada 10 mil pessoas com deficiência intelectual, sobretudo mulheres, quando comparadas à população com outro tipo de deficiência.

Desta forma, verifica-se a necessidade de recursos, treinamentos e estratégias que possam ajudar os profissionais, pais e cuidadores a conversarem com as adolescentes com deficiência sobre sua sexualidade e autoproteção, no entanto, alguns estudos destacam a escassez desse treinamento (MCDANIELS e FLEMING, 2016); CONOD e SERVAIS, 2008). Além disso, a maior parte dos materiais desenvolvidos para as ações de educação em saúde utilizam de informações de difícil acesso para pessoas com deficiência, sendo necessário sua adaptação para auxiliá-los durante o uso (CEZARIO e PAGLIUCA, 2007).

Órgãos nacionais e internacionais destacam a necessidade de promoção de estratégias para atender as demandas das pessoas com deficiência em relação aos seus Direitos Sexuais e Reprodutivos, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva (ONU, 2006; BRASIL, 2013). Para isso é necessário a utilização de recursos capazes de promover aprendizagem, das adolescentes com Deficiência Intelectual, sobre seus corpos, sexualidade, e identificação de situações de risco de abuso sexual e estratégias de autoproteção ao abuso sexual.

No entanto, estudos afirmam que tanto na formação básica dos profissionais de saúde quanto na formação continuada, há pouca ou nenhuma oportunidade para aprender sobre saúde sexual e reprodutiva no contexto da deficiência (SOARES, MOREIRA e MONTEIRO, 2008).

Beauchamp (2002) e Bueno (2008), afirmam que é importante que os profissionais que assistem ao público com deficiência intelectual sejam preparados em seu processo de formação para melhor atendê-los em suas eventuais necessidades, além de, ampliar suas ações. No entanto, sabe-se a dificuldade dos profissionais em conseguir estimular a aprendizagem desses indivíduos, muitas vezes porque os próprios não se sentem preparados para abordar o tema com os adolescentes, assim como, pela ausência de materiais educativos adequados quanto pela falta de preparo de capacitação dos mesmos.

Ressalta-se então, a necessidade de formação e instrumentalização dos profissionais de serviços especializados no atendimento de adolescentes com deficiência intelectual para a utilização de tecnologias educativas que abordem a educação sexual e tratem da prevenção de abuso sexual.

Nesse sentido, a tecnologia educacional “Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger” (NÓBREGA et al., 2021) foi elaborada com esse propósito de contribuir para a prevenção ao abuso sexual de adolescentes. Esse material tem como objetivo explorar os conhecimentos das adolescentes com DI acerca da educação sexual, bem como, orientá-las sobre possíveis situações de risco. Tem seu foco na prevenção do abuso sexual, auxiliando pais e profissionais a discutirem esse assunto de forma didática e compartilhada. É composta por um livro interativo, com situações problema, dicas de autoproteção e perguntas para verificar o conhecimento prévio das adolescentes; um livreto de apoio e um vídeo explicativo, para subsidiar pais e profissionais e dois bonecos sexuados, para contribuir com a comunicação. O material foi validado, em pesquisa de doutorado, quanto a sua aparência e conteúdo, por juizes especialistas, obtendo um Índice de Validade de Conteúdo (IVC) total de 0.99. Teve o seu registro de marca na Revista de Propriedade Industrial e o registro de direito autoral pela Câmara Brasileira do Livro.

Sendo uma tecnologia educacional, essa estratégia oferece treinamento prático e sensibilização sobre questões relacionadas à violência sexual e capacita de forma didática os profissionais, a tratarem com as adolescentes como identificar e se proteger de violências sexuais, como por exemplo, a se dirigirem a um “adulto de confiança” e falar o que tem se passado.

Desta forma, a capacitação de profissionais proposta nesse estudo se ancora também nas proposições da Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências (BRASIL, 2010), que prevê a responsabilização e integração das ações realizadas na rede de serviços, desde a Atenção Básica até o mais complexo nível de atenção, de forma articulada com os demais sistemas públicos, buscando-se a promoção e a proteção de crianças e adolescentes, e a preparação dos profissionais é fundamental para garantir essa articulação em rede.

Por isso, o presente estudo tem como proposta descrever o processo de capacitação dos profissionais nos serviços especializados para a prevenção de abuso sexual em adolescentes com deficiência intelectual a partir da utilização da tecnologia educacional, " Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger".

2. METODOLOGIA

O presente estudo é desdobramento do projeto “Tecnologia Assistiva Educativa para a educação sexual de adolescentes do sexo feminino com deficiência intelectual”, aprovado em edital FACEPE 06/2020: Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde PPSUS, PERNAMBUCO, CNPq/Decit/SCTIE/MS/SES/FACEPE, que trabalhou sob a perspectiva da capacitação dos profissionais utilizando a tecnologia educativa “abuso não vai rolar aprendendo a se proteger”. Nessa etapa foi conduzido uma pesquisa-intervenção participativa, com coleta de dados qualitativos e quantitativos, realizada a partir de oficinas de capacitação de profissionais em serviços especializados, que assistem adolescentes vítimas de violência sexual ou com deficiência intelectual. Nesse tipo de pesquisa busca-se planejar e inserir “mudanças/inoações”, a fim de produzir avanços ou melhorias, nos processos de aprendizagem dos sujeitos que delas participam e a posterior avaliação dos efeitos dessas “mudanças/inoações” (DAMIANI, et al, 2013).

Participaram deste estudo os profissionais de sete instituições que compõem a Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência, localizadas na cidade do Recife, Pernambuco. Tendo como critérios de inclusão aqueles profissionais de diferentes áreas que atuavam na assistência de adolescentes com deficiência intelectual e/ou adolescentes vítimas de violência sexual. Foram excluídos aqueles profissionais que estavam de férias ou licença, durante o período da coleta que ocorreu entre março e outubro de 2023.

As oficinas de formação tiveram carga horária de 4 horas e foram realizadas a partir das seguintes etapas: 1- Pré-oficina/Acolhimento; 2 - Problematização do tema; 3 - Relato das experiências e aprendizados dos participantes; 4 - Apresentação de estratégias educativas para a prevenção a violência sexual; 5 - Pós oficina/Avaliação.

-Etapa 1: Pré-oficina/acolhimento, onde ocorreu a descontração e aproximação entre os participantes e mediadoras. Sendo realizadas dinâmicas tipo “quebra-gelo” e aplicado o TCLE e um questionário que aborda a caracterização dos participantes, bem como experiências prévias relacionados à temática em estudo e as expectativas sobre a oficina. Além destes, também houve a contextualização da proposta da oficina.

-Etapa 2: Problematização, onde as pesquisadoras apresentaram os conteúdos sobre a violência sexual contra jovens mulheres com deficiência intelectual, foi realizada a abordagem teórica e a aplicação do tema prevenção ao abuso sexual por meio de situações problema, com o objetivo de promover a fundamentação e aprofundamento sobre a temática que motivou o desenvolvimento da tecnologia educativa, que também foi apresentada no segundo momento. Nessa etapa, utilizou-se estratégias e tecnologias educacionais, música, vídeos, reportagens, dados estatísticos, entre outros, buscando-se a

sensibilização e atenção para o tema. Além disso, os participantes foram encorajados a refletirem e discutirem sobre os fatores de risco e proteção inter-relacionados a temáticas, como: ser mulher adolescente com deficiência intelectual, educação sexual, vulnerabilidades, violências.

-Etapa 3: Os participantes puderam trazer suas experiências e aprendizados, apresentando situações baseadas no seu cotidiano, falando sobre manejo, as dificuldades, as estratégias utilizadas, os acompanhamentos e proposições.

-Etapa 4: As pesquisadoras apresentaram estratégias educativas para a prevenção a violência sexual junto a adolescente com DI, apresentando também, a tecnologia educativa, *Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger*. A tecnologia é composta por um kit contendo um livro ilustrado e dois bonecos sexualizados (homem e mulher), além de material de apoio nos formatos de livreto e vídeo explicativo. Essa tecnologia tem seu foco na prevenção do abuso sexual, auxiliando pais e profissionais a discutirem o assunto de forma didática e compartilhada junto a jovens com deficiência intelectual.

-Etapa 5: Pós oficina/Avaliação, houve o momento de avaliar a oficina e a sua proposta, além da socialização da aprendizagem e resumo dos pontos importantes. Os participantes foram convidados a avaliar de forma coletiva (entrevista grupal com perguntas norteadoras) e também responderam um questionário individual sobre o processo formativo e as contribuições da tecnologia para a prática profissional.

As Oficinas de capacitação foram realizadas no formato presencial, favorecendo maior interatividade e exploração dos recursos utilizados, no caso, a tecnologia educacional “*Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger*”, desenvolvida e validada por Nóbrega et al (2021). Esse recurso pedagógico foi pensado para ser utilizado pelos profissionais a fim de trabalhar as questões relacionadas a educação sexual para prevenção do abuso sexual nas adolescentes.

Destaca-se que todo o processo de capacitação foi abordado na perspectiva do ensino-aprendizagem baseado na problematização, discussão coletiva e participação ativa (MAMEDE, 2001; RIBEIRO, 2008; VIGOTSKY, 2009).

A coleta dos dados da pesquisa foi realizada por meio de questionário autorrespondido pré e pós oficina e observação participante durante o processo formativo. Os encontros foram gravados e transcritos.

As informações dos questionários foram submetidas a análise descritiva que segundo Gil (1999), se trata de organizar e sumarizar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Os dados quantitativos foram analisados por meio do software Microsoft Excel 2016 para obtenção de frequência simples e cujos dados foram organizados em tabelas para melhor compreensão e apresentação dos itens descritos, números e porcentagens. No que se refere às transcrição das oficinas, os dados qualitativos obtidos através do diário de campo e da avaliação final, estes foram submetidos à análise de conteúdo seguindo a referência de Bardin (2011), no processo de decodificação e categorização das informações. Os trechos transcritos das falas dos participantes foram identificados pela letra P e um número de cadastro adotado pelas pesquisadoras, como estratégia de preservar a identificação dos mesmos.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco (CCS/UFPE), de acordo com a Resolução 466/12 do CNS-MS e obteve aprovação para realização através do CAAE 63457422.6.0000.5208, parecer nº 5.708.794.

3. RESULTADOS

3.1 Planejando as Oficinas

A proposta da formação considerou a oficina como ferramenta pedagógica, um espaço coletivo de construção de saberes, onde buscou-se trabalhar a interação e a ampliação do conhecimento de forma participativa e reflexiva (FIRMINO, 2023). A fundamentação teórica das oficinas ocorreu por meio do levantamento nas bases de dados científicos e institucionais, buscando-se artigos, livros, cartilhas, atlas, assim como em sites e redes sociais de referências dos temas. Os materiais mais relevantes foram utilizados como referência para o material visual das oficinas. Além disso, buscou-se realizar dinâmicas de apresentação entre o grupo e dinâmicas sobre o que o grupo gostaria de aprender, buscando dessa forma um parâmetro sobre as expectativas acerca da oficina. Ademais, houve a aplicação de questionário de sondagem dos conhecimentos prévios, apresentação de slide para fundamentação teórica e aproximação com o grupo do conteúdo apresentado.

Entre os conteúdos abordados foi apresentado e discutido o fluxo de encaminhamentos e processos necessários a serem realizados quando identificados um caso de violência sexual, assim como o cuidado na rede de serviços, explicando a ficha de notificação e apresentando o fluxograma para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Também foi discutido acerca da flexibilização e adaptação de cada oficina, por isso, ao final de cada uma ocorreu a verificação dos resultados dessa aprendizagem, para realização de ajustes futuros.

Considerando a necessidade de estimular a formação continuada, isto é, promover a aprendizagem sistemática, foi organizada a estratégia de sala de aula virtual do Google Classroom, contendo conteúdos discutidos e abordados durante as oficinas, como: artigos, sites, filmes, livros e documentários. Os participantes foram convidados a entrar nessa sala virtual e interagir com os diversos conteúdos disponibilizados.

Foram realizadas duas oficinas piloto como estratégia de validação das etapas e dinâmicas planejadas. A análise dessas oficinas piloto evidenciou a necessidade de alguns ajustes nos materiais visuais, instrumentos de avaliação e dinâmica da oficina. Em relação aos materiais visuais, foi reduzido o número de dados/slides e o design; nos instrumentos de avaliação, foram reformuladas o enunciado das perguntas e o tipo de resposta; na dinâmica, foi idealizado começar com um momento de discussão sobre as expectativas do grupo em relação a oficina com o uso do post-it e banner; a etapa da discussão de casos foi readaptada. Após os ajustes, foi iniciado a coleta de dados propriamente dita, cujos dados são apresentados a seguir.

3.2 Caracterização, concepções e experiências prévias dos participantes

Participaram das 7 oficinas um total de 85 profissionais. As principais características dos participantes estão descritas na tabela 1 e se apresentaram como sendo predominante de mulheres (89,4%), na faixa etária de 41 a 60 anos (41,2%), com pós graduação lato sensu (48,2%). Em relação à profissão, 47% são profissionais da saúde (47%), entre eles fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogas, educadora física e fonoaudióloga. Quanto ao tempo de atuação dos participantes, 23,5% têm entre 1 e 5 anos de exercício profissional. Sobre a formação específica para assistência a pessoas com deficiência, a maioria não tem formação, sendo 58,8% dos profissionais. No entanto, dos que relataram ter, ficam quase na mesma percentagem os cursos de pós-graduação (20%) e os cursos complementares (21,2%).

Tabela 1 – Caracterização dos participantes da Oficina, Recife, 2023.

Variável	N = (85)	%
Sexo		
Feminino	76	89,4
Masculino	9	10,6
Idade		
18 – 25	14	16,5
26 – 40	27	31,8
41 – 60	35	41,2
Acima de 60 anos	9	10,5
Escolaridade		
Ensino Superior Incompleto	12	14,1
Ensino Superior Completo	20	23,5
Especialista	41	48,2
Mestrado	5	5,9
Doutorado	2	2,3
Ensino Médio/Técnico	5	5,9
Profissão		
Área da Saúde (Médico, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeuta, Educadora Física, Etc.)	40	47
Área da Educação (Pedagogos, Professores)	19	22,3
Área Social	10	11,8
Outros (Consultora de vendas, Oficineira, Contadora, Recepcionista, Auxiliar administrativo, Técnica de sala)	7	8,2
Não Informado	2	2,4
Tempo de Atuação		
1 – 5	20	23,5
6 – 10	18	21,2
11 – 20	16	18,8
Acima de 20 anos	15	17,6
Não Informado	16	18,8

Formação Específica

Pós graduação (Especialização, Educação Especial, Psicopedagogia, Etc.)	17	20
Cursos complementares (BOBATH, TEA, ABA, PECS)	18	21,2
Não possui	50	58,8

(N) – Número de indivíduos – (%) Valor percentual – Fonte: Autoras.

Quanto às concepções e experiências prévias dos participantes (tabela 2), 71,8% afirmou nunca ter participado de alguma formação profissional com foco na prevenção de violência sexual. Em relação à abordagem do tema sexualidade com o público, 57,6% afirmaram que não o fizeram; e 67,1% colocaram que não sentem dificuldade para abordar esse tema. Quando questionados sobre fazerem o uso de material educativo para trabalhar com as adolescentes, 89,4% responderam que não tem nenhum material educativo.

Tabela 2 – Concepções e experiências prévias dos participantes da Oficina sobre a prevenção da violência sexual, Recife, 2023.

Variável	N = (85)	%
Participou de formação no tema da Violência		
Sim	24	28,2
Não	61	71,8
Abordou o tema com o público		
Sim	35	41,2
Não	49	57,6
Não Informado	1	1,2
Tem dificuldades em abordar o tema		
Sim	24	15,7
Não	57	47,5
Não Informado	4	34,2
Faz uso de materiais educativos		
Sim	9	10,6
Não	76	89,4

(N) – Número de indivíduos – (%) Valor percentual – Fonte: Autoras.

3.3. Avaliação das Oficinas e as possíveis contribuições da tecnologia educacional “ABUSO NÃO VAI ROLAR-APRENDENDO A SE PROTEGER”

Ao término das oficinas os participantes foram convidados a discutir sobre as possíveis contribuições da tecnologia “Abuso não vai rolar” na prática de cada um e também avaliar a oficina. O processo de avaliação da oficina incluiu um momento de reflexão do grupo de participantes, além do questionário pós oficina, cujos resultados estão na tabela 3.

Em relação a como os participantes avaliaram a importância da temática, 94,1% deles afirmaram que foi extremamente relevante e 97,6% informaram que a oficina abordou totalmente as principais questões da prevenção a violência sexual. Quando questionados em relação à metodologia, a maioria (63,5%) afirmou que a oficina foi extremamente efetiva e que contribuiu para o conhecimento sobre o tema (100%). Sobre a avaliação da aprendizagem, 65,5% disseram que foi extremamente efetiva. Em relação aos materiais apresentados, 89,4% informaram terem sido extremamente relevantes. Quando questionados sobre a intenção de utilizar a tecnologia na prática profissional, 75,3% deles afirmaram que vão utilizar sempre. Sobre se sentir preparado, 54,1% dos participantes afirmam que se sentem muito preparados.

Tabela 3 – Avaliação da Oficina pelos participantes , Recife, 2023.

Variável	N = (85)	%
Avaliação da temática		
Extremamente relevante	80	94,1
Muito relevante	5	5,9
Abordou as principais questões da prevenção a violência sexual em adolescentes com DI		
Totalmente	83	97,6
Parcialmente	2	2,4
Avaliação da metodologia		
Extremamente efetiva	54	63,5
Muito efetiva	19	22,4
Pouco efetiva	12	14,1
Contribuição da oficina para o conhecimento		
Bastante	85	100
Como avalia sua aprendizagem		
Extremamente efetiva	54	65,5
Muito efetiva	29	34,1
Pouco efetiva	2	2,4
Avaliação dos materiais apresentados		

Extremamente relevantes	76	89,4
Muito relevantes	9	10,6
Pretensão de uso da tecnologia		
Vai utilizar sempre	64	75,3
Vai utilizar algumas vezes	20	23,5
Não vai	1	1,2
Preparado para realizar a educação sexual nas adolescentes		
Extremamente preparado	18	21,2
Muito preparado	46	54,1
Pouco preparado	18	21,2
Despreparado	2	2,3
Não Informado	1	1,2

(N) – Número de indivíduos – (%) Valor percentual – Fonte: Autoras

Além disso, por meio da discussão, as pesquisadoras buscaram compreender a opinião dos participantes sobre a dinâmica utilizada nas Oficinas; sobre o Kit Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger e sua possibilidade de utilização na prática clínica; quais contribuições da formação na prática profissional, e sobre possíveis sugestões para a oficina.

Em relação à **abordagem e dinâmica**, o público participante avaliou a oficina como extremamente efetiva e pertinente. A abordagem do tema de sexualidade e do abuso sexual com adolescentes com DI, partindo sempre dos conhecimentos prévios dos participantes, incluindo os mesmos durante a capacitação, fez com que eles se sentissem pertencentes do processo.

“a escuta ativa, jogar pra a gente a pergunta e saber da gente o que achamos importante como instituição porque muitas vezes não sabemos como agir; chegam casos que ficamos, e agora? o que devo fazer?” o material que vocês apresentaram foi perfeito” (P82)

Outro aspecto ressaltado foi como abordar o tema da sexualidade diante das dificuldades percebidas pelos participantes.

“Eu achei bem interessante esse tema e como ele foi abordado, confesso que tenho 2 filhos, 1 de 8 meses e outro de 7 anos, mas que a minha formação foi de muito tabu, que hoje depois dessa palestra eu vou mostrar pra ele, vou ensinar pra ele como ele deve reagir em certas situações, já que eu não tive” (P55)

“Como é importante esse tema ser abordado né? Porque a sexualidade se confunde muito com a sexualização e tem toda essa questão da cultura e de tudo que está acontecendo, se ele está em uma situação de risco” (P49)

Em relação à tecnologia educacional “Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger “, os participantes valorizaram os materiais e a **linguagem** utilizada na abordagem com os/as adolescentes.

“a gente vê muita coisa na base teórica e científica que é muito importante; mas quando a gente vai pra realidade, na base com aqueles meninos, a gente precisa de uma linguagem clara e muito básica, na perspectiva daquilo que ele vai compreender” (P51)

“a linguagem é muito clara, de ordem crescente, metodologia muito boa para o que a gente precisa trabalhar” (P55)

“A importância desse olhar pra essas crianças, com essa abordagem que você fez, com essa linguagem fácil” (P60)

Além disso, foi observado pelos participantes a possibilidade de **aplicabilidade da tecnologia educacional em contextos diferentes** de cada paciente, prevenindo dessa forma, a violência sexual, e auxiliando na descoberta da mesma.

“Gostei muito dessa oficina. Se estender para as escolas particulares também (para profissionais da rede particular)” (P53)

“Levar essa capacitação a outros serviços e instituições devido à sua importância e urgência” (P22)

“Expandir o projeto para pessoas com deficiência visual” (P81)

“Seria importante um treinamento para trabalhar com adolescentes com DI não verbal, pois é o maior desafio pra mim” (P51)

“O que eu disse que senti falta (em relação ao material) ela disse que vai correr atrás. Ou seja, para os meninos” (P49).

Quando questionados sobre a **contribuição da oficina**, os participantes destacaram que a oficina contribuiu significativamente para **ampliar o conhecimento** sobre o tema da sexualidade. Eles observaram que o processo de capacitação foi fundamental para despertar uma **compreensão mais profunda e abrangente**. Além disso, ressaltaram que a aplicação do material fornecido na oficina **fortaleceu suas habilidades de comunicação**, proporcionando-lhes meios mais eficazes para abordar o tema com as adolescentes.

“Vou me apropriar mais do conhecimento para poder aplicar em realidades de pacientes para prevenção do abuso e descoberta”; Foi muito importante, aprendi bastante e que sempre haja essas oficinas”(P55)

“A oficina esclareceu muita coisa, realmente a comunicação é muito importante principalmente como a gente vai abordar, eu pego na questão de quando a gente vai trabalhar com a família né? A gente precisa entender o contexto daquela família, nível de conhecimento, de acessos, para a gente poder ter essa comunicação né? essa troca, pra que a mensagem de fato, ela seja captada, recebida e que a gente consiga

repassar da melhor forma pra que ele consiga compreender realmente e se proteger sobre esse tipo de abuso".(P49)

4. DISCUSSÃO

A escassez de capacitações para abordar o tema da prevenção e da violência sexual representa um desafio significativo em nossa sociedade. Embora a conscientização sobre esse tema tenha crescido, a falta de treinamento adequado e recursos educacionais podem resultar em profissionais não capacitados para lidar com essa situação. Profissionais de diversas áreas como educadores, assistentes sociais e profissionais da saúde, muitas vezes carecem do conhecimento especializado necessário para identificar, prevenir e lidar eficazmente com situações de violência sexual. Por isso, foram planejadas oficinas de capacitação de profissionais para a prevenção da violência sexual em adolescentes com Deficiência Intelectual.

A maioria do público participante das Oficinas de capacitação ratificou essa realidade, quando referem as ausências de capacitação e formação para apoiar as ações com foco na prevenção de violência sexual e de material educativo para trabalhar com as adolescentes com deficiência.

Tanto na formação básica dos profissionais da saúde como na formação continuada, existem poucas ou nenhuma possibilidade para aprenderem acerca da educação sexual e reprodutiva no contexto da deficiência. As pesquisas, ainda mostram um déficit na formação desses profissionais, apesar do reconhecimento de políticas e programas governamentais, impactando na realização e na qualidade das ações educativas oferecidas (FERRANTE; OAK, 2020; MAIA, 2016; MARCOLINO, 2019; UNESCO, 2019).

Nas experiências prévias dos participantes do estudo, apesar de reconhecerem as ausências de capacitação, e de 57,6% informarem não abordar o tema em seu trabalho, os participantes também referem que não sentem dificuldade para abordar esse tema. A contradição observada nos dados sugere um fenômeno interessante e complexo que merece uma análise mais aprofundada. Uma das possíveis explicações pode ser em relação ao tema da sexualidade que ainda pode ser um tabu para muitos profissionais, o que pode colocá-los de forma distante na busca por esse conhecimento. Conforme Martines & Rossarolla (2019) referem em sua pesquisa, o tema da sexualidade ainda é tabu na cultura do brasileiro, pois vem associado com interdição, medo, vergonha e humilhação. Dessa forma o tabu associado ao tema de sexo, sexualidade e educação sexual podem consequentemente se transformar em silenciamentos ou em polêmicas.

A estratégia de valorizar o saber prévio, a interação e a participação ativa dos sujeitos proposta pela metodologia participativa, estruturada em momentos de: aproximação da realidade e sensibilização; aprofundamento e reflexão; construção coletiva; conclusão e compromisso, foram destacados na avaliação das oficinas pelos participantes. A metodologia utilizada, baseada nos fundamentos de Vygotsky (2007), considerou a compreensão de que o processo de construção de conhecimento ocorre por meio de uma complexa dinâmica interativa entre três elementos essenciais, o aluno (sujeito do conhecimento), os conteúdos (significados) e o professor (mediador). Sendo assim, um caminho em direção à identificação e análise dos mecanismos aos quais ocorre o conhecimento (VYGOTSKY, 2009). Dessa forma, pudemos observar que as oficinas e a tecnologia educacional foram percebidas e vivenciadas como oportunidades de ampliação de conhecimentos e de melhoria da comunicação com as adolescentes com DI, o que pode contribuir na prevenção ao abuso sexual das mesmas

Em relação a Tecnologia Educacional “Abuso não vai rolar – aprendendo a se proteger”, observou-se semelhança entre as potencialidades do material, referidas pelos participantes, com as apontadas por Galvão Filho (2016), ao afirmar que as tecnologias educacionais promovem o conhecimento e permitem às adolescentes com Deficiência Intelectual o poder de desenvolver novos aprendizados, favorecendo assim, a superação das dificuldades de aprendizagem e cognitivas.

A Tecnologia Educacional tem como função ser um dispositivo de mediações simbólicas, facilitando o processo construtivo da aprendizagem. Sendo assim, possuem como objetivo favorecer a participação dos indivíduos no processo educativo, promovendo a construção de cidadania e autonomia. As chamadas TEs também são utilizadas para planejar, implementar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem, sendo ancoradas na busca da aprendizagem e comunicação humana. Sendo assim, elas podem ser classificadas como sendo parte do processo ou de produto (NESPOLI, 2013; MOREIRA et al., 2014)

Ainda segundo Galvão Filho (2016), as tecnologias são empregadas para proporcionar maior autonomia e independência para as pessoas com deficiência, contribuindo dessa forma para a aprendizagem das pessoas com Deficiência Intelectual. Sendo assim, as TEs criam possibilidades para a construção e a produção de conhecimentos, ajudando na superação e minimização de dificuldades das funções cognitivas e de aprendizagem.

Nesse sentido, consideramos que as Oficinas de Capacitação utilizando a tecnologia educacional “Abuso não vai rolar: aprendendo a se proteger” cumpriram um papel relevante na formação dos profissionais envolvidos nos serviços assistenciais e educacionais de referência da rede de cuidados a adolescentes com DI, inclusive, aqueles que acolhem crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

5. CONCLUSÃO

As oficinas de capacitação foram avaliadas como positivas pelos participantes ao trazer uma ampliação do conhecimento, esclarecendo conteúdos relacionados ao tema de educação e prevenção ao abuso sexual em adolescentes com deficiência intelectual, o que foi ao encontro das diversas lacunas existentes sobre o assunto.

A metodologia participativa utilizada nas oficinas, baseada em Vygotsky, tendo como base os saberes prévios dos participantes, momentos de interação e participação durante a oficina foi valorizada e reconhecida pelos participantes como estratégica no processo de capacitação.

A utilização da Tecnologia Educacional “Abuso não vai rolar”, que tem foco na proteção ao abuso sexual dessas adolescentes com Deficiência Intelectual, foi percebida como instrumento eficiente no processo de comunicação entre os profissionais e as adolescentes com DI, uma vez as mediações simbólicas facilitam o processo construtivo da aprendizagem favorecendo a participação no processo educativo e a construção de cidadania e autonomia.

Foram ressaltados pelos participantes do estudo a organização e planejamento do material, utilizando-se de uma linguagem simples e acessível às adolescentes com DI, favorecendo o engajamento delas no processo educacional, além da perspectiva de utilização com outros públicos de jovens.

Compreendemos que os resultados aqui apresentados podem ser mais aprofundados em estudos posteriores. Porém, considerando a aplicabilidade da Tecnologia Educacional “Abuso não vai rolar” no SUS, com foco na Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências, se faz necessário continuar desenvolvendo estratégias de capacitação e formação profissional, e nesse sentido, a pesquisa atual pode ter seu escopo ampliado e se articular com os demais sistemas públicos, buscando-se a promoção e a proteção de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

BEAUCHAMP, J. Educação especial: relato de experiência. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. (Org.). **Escola inclusiva**. São Carlos: EdFFSCar, 2002. p.99-104

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Rev Brasileira de Educação Especial**, Marília, n. 3, p.7-25, 2008.

CEZARIO, K. G.; PAGLIUCA, L. M. F. Tecnologia assistiva em saúde para cegos: enfoque na prevenção de drogas. **Escola Anna Nery**, v. 11, n. 4, p. 677–681, dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais e reprodutivos na integralidade da atenção à saúde de pessoas com deficiência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. 1a ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 300 p.

_____. Lei no 12.015, de 07 de Agosto de 2009. Brasília, DF, [2009]. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm.

_____. Lei no13.146 de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Seção 1, no 127, Brasília, DF, 07 de jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 12 set2023

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2021**. Instituto de Pesquisa Aplicada: Brasília, 2021.

CONOD L, SERVAIS, L. Sexual life in subjects with intellectual disability. **Salud pública**. México, v. 50, suppl.2, p. s230-s238, 2008. Disponível em:<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18470352/>

DAMIANI, M. F.; ROCHEFORT, R. S.; CASTRO, R. F. DE; DARIZ, M. R.; PINHEIRO, S. S. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação**, n. 45, p. 57-67, 11.

FERRANTE, C.A.; OAK, E. 'No sex please!' we have been labelled intellectually disabled. **Sex Education**, p. 1-15, 20(4), 383-397, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/146811.2020.1719479>> Acesso em jul de 2023.

FIRMINO, M. H. **Estruturação de oficina de formação profissional para a prevenção do abuso sexual das adolescentes com deficiência intelectual: relato de experiência**. TCC (Curso de Terapia Ocupacional) – Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2023.

GALVÃO FILHO, T. Deficiência intelectual e tecnologias no contexto da escola inclusiva. In: GOMES, C. (Org.). **Discriminação e racismo nas Américas: um problema de justiça, equidade e direitos humanos**. Curitiba: CRV, 2016, p. 305-321.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro, 2019.

KE X, LIU J. Deficiência Intelectual. In Rey JM (ed), IACAPAP e-Textbook of **Child and Adolescent Mental Health**. (edição em Português; Dias Silva F, ed). Genebra: International Association for Child and Adolescent Psychiatry and Allied Professions, 2015.

KRUG, E.G. et al. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

MAIA, A.C.B. Vivência da sexualidade a partir do relato de pessoas com deficiência intelectual. **Psicologia em Estudo**, v. 21, n.1 p. 77-88, 2016.

MAMEDE, S. Aprendizagem baseada em problemas: características, processos e racionalidade. In: MAMEDE, S.; PENAFORTE, J. (Org.). **Aprendizagem baseada em problemas: anatomia de uma nova abordagem educacional**. Fortaleza: Hucitec, 2001.

MARCOLINO, A.B.L.; ALMEIDA, S.A.; NOGUEIRA, J.A. Sexualidade e deficiência intelectual: revisão integrativa da literatura. **Braz. J. Hea. Rev.**, v. 2, n. 4, p. 2677-2694, 2019.

MARTINES, E; ROSSAROLLA, J. SEXO E SEXUALIDADE: tabu, polêmica ou conceitos polissêmicos? Reflexões sobre/para a formação de educadores. **Rev. Exitus**. Santarém v. 8, n. 2, maio/ago 2018, Epub 28-Maio-2019.

MCDANIELS, B; FLEMING, A. Sexuality education and intellectual disability: time to address the challenge. **Sex Disabil**; n. 34, p. 215-225, 2016. Disponível em: ResearchGate

MOREIRA, A. P. A.; SABÓIA V. M.; CAMACHO, A.C.L.F.; DAHER, D.V; TEXEIRA, E. Jogo educativo de administração de medicamentos: um estudo de validação. **Rev Bra Enferm**. v.67, n.4, p. 528 - 534, 2014

NÓBREGA, K B G; MARINUS, M W L C; BELIAN, R B; GONTIJO, D T. Validação da tecnologia educacional “abuso não vai rolar” para jovens com deficiência intelectual. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, p. 2793-2806, 2021.

NESPOLI, G. Os domínios da Tecnologia Educacional no campo da saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.17, n. 4, p. 873-884, 2013. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832013005000028>>. Acesso em jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. The ICD-10 (International classification of diseases). **Classification of mental and behavioural disorders: Clinical descriptions and diagnostic guidelines**. World Health Organization, Division of Mental Health: Genebra, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em Dezembro de 2006**. Disponível em <<http://www.bengalalegal.com/onu.php>>. Acesso em jul. 2023.

PADILHA, M.G.S. **Abuso sexual na infância e na adolescência: você pode descobrir o que está acontecendo**. Santo André: ESEtec Editores Associados. 2002.

RIBEIRO, E. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. In: **Evidência, olhares e pesquisas em saberes educacionais**. Número 4, maio de 2008. Araxá. Centro Universitário do Planalto de Araxá

SOARES, A., MOREIRA M.C.N., MONTEIRO L.M.C. Jovens portadores de deficiência: sexualidade e estigma. **Ciência e Saúde coletiva**, v. 13, n. 1, p. 185-198, 2008.

United Nations Population Fund (UNFPA). **Young persons with disabilities: global study on ending gender-based violence and realising sexual and reproductive health and rights**. New York. 2018 Jul. 430 p.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **International technical guidance on sexuality education: an evidence-informed approach**. Revised edition. France; 2019

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. Tradução Paulo Bezerra. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International classification of impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease**. Geneva; 1993.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Definition of Environmental Health developed at WHO consultation in Sofia, Bulgaria**. 1993. Disponível em: < [http://health.gov/environment/Definition sofEnvHealth/ehdef2.htm](http://health.gov/environment/Definition%20of%20EnvHealth/ehdef2.htm) > Acesso em: jul. 2023

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Sexual health, human rights and the law**. Genebra, 2015. Disponível em: 9789241564984_eng.pdf (who.int). Acesso em 05 de Abril de 2023.